

Na política pelo direito de viver: primeiras deputadas trans do Brasil falam sobre seus mandatos

Elas foram as primeiras pessoas trans eleitas no país e garantem: “nossa luta prioritária é o direito à vida das mulheres trans”.

(AzMina, 29/01/2019 - acesse no site de origem)

Dia 29 de janeiro é o Dia Nacional da Visibilidade Trans. Data que marca a luta por direitos e respeito, este ano ela ganha também razões para celebração: pela primeira vez, o Brasil conta com representantes transexuais eleitas nas assembleias legislativas do país.

Elas são três: Robeyoncé de Lima, deputada estadual eleita pela chapa coletiva Juntas, em Pernambuco; Erika Hilton, do mandato estadual coletivo da Bancada Ativista, em São Paulo; e Erica Malunguinho, deputada estadual pelo Psol, também em São Paulo.

A Revista AzMina conversou com duas delas sobre seus mandatos e a necessidade de visibilidade para as pautas trans no Brasil.

“A nossa pauta prioritária é lutar pelo próprio direito da vida das mulheres trans”, diz Robeyoncé de Lima. Aos 30 anos e no seu primeiro mandato como deputada, a advogada e professora pernambucana não elege motivos para comemorar o Dia Nacional da Visibilidade Trans.

“Somos o país que mais mata LGBTs no mundo e o principal direito da gente, que é o direito da vida, está sendo retirado. Não adianta termos nome social durante o dia e sermos mortas à noite enquanto saímos para trabalhar”, diz, se referindo aos transexuais que trabalham com prostituição. Para ela, a profissão continua sendo uma das únicas opções de trabalho para essa população.

Unida a Erica Malunguinho e Erika Hilton, o plano é mudar as estatísticas do país, que evidenciam que a cada 48h uma pessoa trans é morta no Brasil. Essa estatística coloca o Brasil no posto de país onde mais são assassinados travestis e transexuais no mundo.

Para além dos números, a brutalidade das mortes evidencia o nível de ódio a essa população. Na semana passou foi noticiada a morte de uma travesti em Campinas, interior de São Paulo, que teve o coração arrancado e guardado dentro de uma caixa pelo assassino confesso, que justificou o crime alegando que a vítima era um “demônio”.

Preservar direitos é prioridade

Para a codeputada eleita pela Bancada Ativista em São Paulo, será difícil avançar em novas propostas para a classe LGBT e é importante manter-se em alerta. “Será muito complicado alcançar novas dimensões para esta comunidade e precisamos nos atentar pelos direitos já garantidos para que eles não sejam perdidos. A minha preocupação é com a preservação desses direitos conquistados”, diz.

Erika Hilton ficou conhecida nacionalmente por lutar pelos direitos das pessoas trans após travar uma disputa com uma empresa de ônibus da cidade de Itu (interior de São Paulo), sua cidade natal. Em 2016, na época com 22 anos, a empresa se recusou a imprimir seu nome social no bilhete do ônibus.

Após duas petições online, ela ganhou a batalha. A partir de então começou a receber convites para palestras, depois se filiou ao Psol, candidatou-se a vereadora e, posteriormente, recebeu o convite da Bancada Ativista, na qual divide o mandato com mais oito deputadas.

“Ocupar esses espaços extremamente machistas e patriarcais é muito significativo. Nossos corpos chegarem, pela primeira vez na história, dentro de espaços de poder como o Congresso e assembleias legislativas significa dar voz às pessoas que vivem nas ruas, as marginalizadas, para que sejam ouvidas. Elas elegeram mulheres que representam a voz de uma população massacrada, esquecida, de uma população que vive em estado de exceção e extermínio”, afirma.

“Não podemos militar se formos cadáveres”

Recentemente, a comunidade LGBT sentiu a perda de Jean Willys (Psol), primeiro deputado federal assumidamente gay a levantar as bandeiras do movimento no Congresso. Ele desistiu de assumir o seu terceiro mandato parlamentar por ser alvo de ameaças de morte. Segundo a assessoria do parlamentar, o número de ameaças a Jean, que há um ano andava com escoltas de seguranças armados e em carros blindados, cresceram após o assassinato da vereadora Marielle Franco, em março do ano passado.

Para a codeputada Robeyoncé, a decisão de Jean é a prova de que a política institucional, definida por ela como machista, LGBTfóbica e patriarcal, tenta excluir a população LGBT. “Fazem com que a gente escolha entre a nossa vida e a vida parlamentar, e Jean, corretamente, preferiu o direito à vida. Não conseguiremos fazer militância enquanto o nosso corpo político for cadáver a quatro palmos da terra”, diz a deputada fazendo menção à Marielle, mulher negra e lésbica.

Rosto de muitas gentes

Eleita como a única transexual na lista das 55 candidaturas divulgada pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) (as outras duas são parte de candidaturas coletivas), Erica Malunguinho da Silva, carrega, também o feito de ser a primeira transexual eleita a deputada estadual em São Paulo em 180 anos da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). Lá ela pretende lutar também por mais presença de minorias na política.

A reportagem não conseguiu contato com Erica, mas em suas redes sociais a deputada enfatizou que a “Assembleia contará, daqui para frente, com um rosto que não é um rosto só, é o rosto de muitas gentes. Povo preto, índio, mulheres cis e trans, homens cis e trans, gentes que amam iguais e/ou diferentes, migrantes e imigrantes que aquilombaram seus votos neste rosto, que é a soma de todos os rostos que existem na resistência”, publicou um dia após receber seus 55,2 mil votos.

Amanda Célio

De 10 estupros levados a CPI, 3 viram sindicância e só 1 aluno da USP é punido

(O Estado de S. Paulo, 02/01/2016) Apenas três dos dez casos de estupro denunciado na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Trote, instalada na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) para apurar abusos em instituições de ensino, resultaram em sindicâncias. Relatório da Rede de Proteção às Vítimas de Violência nas Universidades, formada por estudantes, professores e ativistas de direitos humanos, obtido pelo Estado, mostra que somente um aluno, acusado de abusar sexualmente de duas colegas, foi punido com suspensão. Seis casos são da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP).

Leia também: [Socióloga vai presidir projeto de igualdade de gêneros na USP \(O Estado de S.Paulo, 22/12/2015\)](#)

O documento aponta também que equipamentos criados pela principal universidade do País, como o Centro de Direitos Humanos, não surtiram o efeito esperado e teriam servido para “proteger a imagem da instituição”. A USP, porém, afirma que foi a instituição que mais tomou providências entre as citadas na CPI, entre elas a instalação de uma ouvidoria e a convocação de fóruns de debate sobre violência, álcool e intolerância.

A CPI do Trote foi instalada em dezembro de 2014, depois de duas estudantes da FMUSP denunciarem, em audiências públicas, terem sido estupradas por colegas em festas. Além de estupros, houve relatos de homofobia, machismo, racismo e violência nos trotes.

Leia a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [De 10 estupros levados a CPI, 3 viram sindicância e só 1 aluno da USP é punido \(O Estado de S. Paulo, 02/01/2016\)](#)